

## **A ESTRUTURA DO PATRIARCADO E AZALEIA NA LUTA PELA TERRA**

LA ESTRUCTURA DEL PATRIARCADO Y AZALEIA EN LA LUCHA POR LA TIERRA

THE STRUCTURE OF PATRIARCHY AND AZALEIA IN THE FIGHT FOR LAND

### **DELBONI, CLÁUDIA**

Doutora em História, docente da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da Rede pública da Educação Básica/MS  
E-mail: [claudiadelboni50@gmail.com](mailto:claudiadelboni50@gmail.com)

#### **RESUMO**

Este trabalho examina a trajetória de Azaleia, estabelecida no Estado de Mato Grosso do Sul, no município de Sidrolândia, durante o ano de 2007. Ao longo de doze anos, ela se engajou na busca por conquistas sociais garantidas pela Constituição, tais como terra, trabalho, moradia, educação, transporte, saúde e equidade nas relações de poder entre homens e mulheres. Azaleia adotou diversas estratégias de resistência e enfrentou as ações de diferentes mediadores comprometidos com a defesa da reforma agrária. Ao longo do trabalho, procuramos analisar o significado do acampamento em sua trajetória, além de compreender as incertezas vivenciadas no lote para assegurar a consolidação da subsistência, enfrentando encontros e desencontros ao longo do caminho. Durante suas mobilizações, Azaleia se envolveu com o movimento social liderado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que resultou em conflitos em seu casamento. A pesquisa foi conduzida utilizando a História Oral de Vida como procedimento metodológico. Na tessitura do trabalho de pesquisa, a narrativa de Azaleia foi considerada como um indicativo de emoções e expressões de mulheres que enfrentam a luta pela terra e carregam as marcas dos contextos sociais nos quais estão inseridas. Sua narrativa desempenhou um papel fundamental como fonte privilegiada para a compreensão dos avanços e retrocessos nas relações de gênero ao longo da história da luta pela terra nos últimos sessenta anos no Estado. PALAVRAS-CHAVE: : memória; mulher assentada; relações de gênero; acampamento.

#### **RESUMEN**

Este trabajo examina la trayectoria de Azaleia, establecida en el Estado de Mato Grosso do Sul, en el municipio de Sidrolândia, durante el año 2007. A lo largo de doce años, estuvo comprometida en la búsqueda de conquistas sociales garantizadas por la Constitución, como la tierra, el trabajo, la vivienda, la educación, el transporte, la salud y la equidad en las relaciones de poder entre hombres y mujeres. Azaleia adoptó diferentes estrategias de resistencia y enfrentó el accionar de distintos mediadores comprometidos con la defensa de la reforma agraria. A lo largo del trabajo, buscamos analizar el significado del campamento en su trayectoria, además de comprender las incertidumbres vividas en el lote para asegurar la consolidación de la subsistencia, enfrentando encuentros y desacuerdos en el camino. Durante sus movilizaciones, Azaleia se involucró con el movimiento social liderado por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), lo que generó conflictos en su matrimonio. La investigación se realizó utilizando como procedimiento metodológico la Historia de Vida Oral. En el tejido del trabajo de investigación, la narrativa de Azaleia fue considerada como un indicio de emociones y expresiones de mujeres que enfrentan la lucha por la tierra y llevan las marcas de los contextos sociales en los que están insertas. Su narrativa jugó un papel fundamental como fuente privilegiada para comprender los avances y retrocesos en las relaciones de género a lo largo de la historia de la lucha por la tierra en los últimos sesenta años en el Estado.

PALABRAS CLAVES: memoria; de mujer asentada; relaciones de género; cámping.

**ABSTRACT**

This work examines the trajectory of Azaleia, established in the State of Mato Grosso do Sul, in the municipality of Sidrolândia, during the year 2007. Over the course of twelve years, she was engaged in the search for social achievements guaranteed by the Constitution, such as land, work, housing, education, transport, health and equity in power relations between men and women. Azaleia adopted different resistance strategies and faced the actions of different mediators committed to defending agrarian reform. Throughout the work, we sought to analyze the meaning of the camp in its trajectory, in addition to understanding the uncertainties experienced in the lot to ensure the consolidation of subsistence, facing encounters and disagreements along the way. During her mobilizations, Azaleia became involved with the social movement led by the Landless Rural Workers Movement (MST), which resulted in conflicts in her marriage. The research was conducted using Oral Life History as a methodological procedure. In the fabric of the research work, Azaleia's narrative was considered as an indication of emotions and expressions of women who face the struggle for land and carry the marks of the social contexts in which they are inserted. Her narrative played a fundamental role as a privileged source for understanding the advances and setbacks in gender relations throughout the history of the struggle for land in the last sixty years in the State.

KEYWORDS: memory; seated woman; gender; camp.



## INTRODUÇÃO

O artigo constitui-se num recorte da pesquisa de doutorado desenvolvida entre os anos de 2013 e 2017, quando realizei a análise da história oral de vida de nove mulheres assentadas no município de Sidrolândia, no Estado do Mato Grosso do Sul. A opção teórico metodológica da história oral de vida resultou em narrativas de mulheres que vivenciaram a experiência de acampamento, de maneira que suas memórias serviram de indícios para pensarmos a maneira pela qual a participação feminina se fez presente na luta pela terra. Do conjunto das memórias coletadas, escolhi a trajetória de Azaleia pela força da narrativa, que trouxe as relações de gênero na construção da sua história de vida. Através da luta pela terra ela se desvencilhou de uma situação de vulnerabilidade no matrimônio, conquistou um lote no assentamento João Batista, localizado em Sidrolândia/MS e ainda ingressou na Universidade.

Azaleia na Universidade Federal da Grande Dourados



*Figura 1 – Autora Cláudia Delboni – Arquivo pessoal*

### O conceito de gênero

Joan Scott (1995, p. 75), historiadora estadunidense, traz reflexões relevantes à discussão acerca do gênero, sendo, aliás, uma referência recorrente nos trabalhos da área. Fazendo um panorama das discussões sobre o assunto, da forma como é tratado ao longo da História, a autora revela que o termo “gênero” leva consigo a mesma carga semântica que “mulheres”. O termo, no entanto, foi aderido na tentativa de atribuir maior erudição e seriedade aos trabalhos, pois a expressão “mulheres” pode ser relacionada à luta feminista, que era vista com desagrado pela Academia majoritariamente masculina:

Nessa utilização, o termo "gênero" não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo "história das mulheres" proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo "gênero" inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo "gênero" constitui

um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80 (Scott, 1995, p. 75).

Em outra colocação, Scott destaca que “gênero” serve, inclusive, para efetuar a inclusão masculina na discussão, de modo a reforçar que as informações a respeito das mulheres são concernentes aos homens da mesma forma. É relevante pontuar que esse fato implica a existência do mundo das mulheres como parte do mundo dos homens, e, ademais, “que ele é criado nesse e por esse mundo masculino” (Ibid., p. 75). A autora também coloca que essa abordagem confronta diretamente as tentativas de isolar as duas experiências, como se uma, em nada, tivesse relação com a outra.

Scott define *gênero* dividindo-o em duas partes, sendo, então, introduzidas por axiomas no início de cada discussão. A primeira expõe que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre o sexo” (Ibid., p. 86). A partir de tal afirmação, ela destaca quatro elementos que destrincham sua teoria: o primeiro se refere às representações advindas dos símbolos culturais, especialmente ligados à religião, como Maria e Eva, constituindo a imagem da mulher, além de outras caracterizações positivas e negativas, envolvendo mitos. Scott afirma que o essencial a ser analisado refere-se a qual representação é utilizada, mas, principalmente, o contexto do uso.

O segundo direciona-se aos “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (Ibid., p. 86). Para a autora, eles estão presentes em diferentes esferas, seja política, científica, jurídica ou religiosa. De qualquer modo, Scott reitera que tais aspectos se utilizam de uma *oposição binária fixa*, a qual “afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino” (Ibid., p. 86). A respeito disso, uma observação da autora revela-se pertinente, haja vista a sua exposição sobre a presença desses elementos normativos, no que tange à equivocada ideia de que são formadas pelo consenso e não pelo conflito. Scott explica:

Um exemplo desse tipo de história é dado por aqueles que tratam a ideologia vitoriana da domesticidade como se ela tivesse sido criada em bloco, e tivesse sido contestada apenas depois disso, invés de ser o objeto constante de grandes diferenças de opinião. Um outro exemplo vem dos grupos religiosos fundamentalistas atuais, que querem ligar necessariamente suas práticas à restauração do papel “tradicional” das mulheres, supostamente mais autêntico, embora, na realidade, haja poucos antecedentes históricos que testemunhem a existência incontestada de um tal papel (Ibid., p. 87).

O terceiro aspecto refere-se ao aprofundamento das análises, adicionando uma visão que considere as questões políticas, bem como as organizações sociais e as instituições que têm relação com essa normatividade, pois, dessa forma, será possível encontrar a origem da repressão, que desencadeou nessa repressão binária de gênero. Nesse sentido, Scott faz ressalvas a teóricos que restringem a sua análise às relações de parentesco, pois deve-se ir além, analisar

o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas, ou de coeducação fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio universal masculino faz parte do processo de construção do gênero) (Ibid., p. 87).

A autora, nesse sentido, reitera que o gênero se forma por intermédio das relações de parentesco, mas também se estende à organização política e econômica, configurando um processo ainda mais complexo e profundo. O quarto e último elemento dessa primeira parte está relacionado à identidade subjetiva. Scott leva em consideração a importância da psicanálise para entender esse processo de reprodução das representações simbólicas do gênero, de modo que haja uma mutação na sexualidade, ao mesmo tempo em que ocorre uma enculturação. A limitação desse viés diz respeito à universalidade da teoria e à desconsideração da História nesse processo.

As relações não se concretizam invariavelmente, tendo em vista que “os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas”



(Ibid., p. 88). O trabalho a ser feito é analisar a conjuntura dos fatos, as especificidades que rodeiam o objeto. Para a autora, os melhores resultados desse método se deram pelas biografias, apesar de ser possível fazer uma reflexão com uma abordagem coletiva – mas não universal.

A segunda parte da teoria de Scott revela ainda mais particularidades da temática: “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (Ibid., p. 88). Nesse caso, a autora faz questão de destacar que o gênero não se caracteriza como o único campo no qual o poder se manifesta, ao passo que é um ambiente de expressiva recorrência, em se tratando da representação do poder, especialmente em sociedades que seguem tradições islâmicas e judaico-cristãs. Uma observação de Maurice Godelier (1981), citada por Scott, mostra-se pertinente na composição do debate, pois realçam ainda mais o que foi dito até aqui:

(...) não é a sexualidade que assombra a sociedade, mas antes a sociedade que assombra a sexualidade do corpo. As diferenças entre os corpos, relacionadas ao sexo, são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não têm nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja, legitimar (Scott, 1995, p. 89).

Pode-se perceber que tais apontamentos teóricos acerca do gênero estão ligados à condição da mulher na sociedade e ao modo como as construções simbólicas interferem nas relações sociais. Em especial, nas relações de trabalho, como profissionais acadêmicas, objeto desta pesquisa. Há espaços onde a presença da mulher é considerada estranha ou praticamente proibida, meramente por uma construção social, pois a capacidade de executar tarefas independe do gênero. Para esclarecer de forma satisfatória tais proposições, serão detalhadas as experiências da mulher pesquisadora e professora universitária, e como as relações de gênero se comportam durante sua vida.

Os estudos de Pierre Bourdieu foram fundamentais para refletir sobre os poderes simbólicos, uma espécie de *cercos invisíveis* que operam nas relações de gênero, assim definido pelo autor:

Como se a feminilidade se medisse pela arte de “se fazer pequena” (o feminino, em berbere, vem sempre em diminutivo), mantendo as mulheres encerradas em uma espécie de *cercos invisíveis* (do qual o véu não é mais que a manifestação visível), limitando o território deixado aos movimentos e aos deslocamentos de seu corpo – enquanto os homens tomam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares políticos (Bourdieu, 2020, p.39).

Na economia das trocas simbólicas que *encerram* os sujeitos em papéis a serem desempenhados socialmente, as mulheres são partícipes de um sistema de relações que as deslegitima no protagonismo de suas histórias e, em contrapartida, reconhece o papel da virilidade atribuída aos homens, cuja força resulta na tutela dos seus caminhos, bem como na superioridade masculina, nas hierarquias de poderes. O mundo social que constrói corpos masculinos e femininos.

A partir desse viés, tomei as relações de gênero como categoria de análise que apontou para tensões nas relações entre homens e mulheres, resultado das assimetrias de poderes, na qual o espaço tradicional da ação política é socialmente reservado aos homens. Contudo, faz-se necessário salientar que a dominação masculina é consequência de um trabalho de construção social reconhecido tanto pelos dominantes quanto pelos dominados, assim como é construída por processos históricos, que são responsáveis pela naturalização da história.

Este esquema representativo da organização social encontrou os alicerces explicativos na biologia, particularmente, na diferença anatômica entre os órgãos sexuais que serviram como justificativa para naturalizar as diferenças socialmente construídas. Estas mantêm as mulheres em condições subalternas, principalmente, no que concerne a divisão social do trabalho, que designou aos homens a produção do espaço público, local das relações econômicas e políticas, e às mulheres para a produção da vida doméstica enquanto espaço dos afetos, vistas como intrínsecas a natureza feminina e, por isso, desprovida de valor econômico:



Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus traços e suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos. A força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: *ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada* (Bourdieu, 2010, p.32-33).

Portanto, as estruturas de poderes que naturalizam o espaço público para os homens e o privado para as mulheres são históricas, resultados de investimentos sociais sistemáticos, que ratificam a dominação masculina, como ordem natural da história. De maneira que impõem a dominação por meio da coerção física, tal como através de operações simbólicas, além de contar com apoio de diversas instituições como Igreja, Estado, Escola, Família etc. Nesse sentido, as histórias das assentadas iluminaram os processos históricos, feitos por homens e mulheres, que são simultaneamente sujeitos e objetos de estruturas de dominação que, muitas vezes, organizam e determinam escolhas e trajetórias individuais.

As relações de gênero permitiram o acesso ao espaço privado das relações sociais, uma vez que este foi o espaço “reservado” para a atuação feminina. A partir desse viés, busquei identificar a persistência valores sociais que permanecem como tradições, quase imunes à passagem do tempo, bem como compreender as resistências que as mulheres teceram ao longo de suas trajetórias de vidas, que resultaram em transformações sociais.

No processo análise da história de vida de Azaleia, utilizei-me do conceito de *Habitus*, elaborado por Pierre Bourdieu, o qual defendeu que a internalização de valores, costumes e gostos pelos indivíduos ocorrem num movimento de duplo sentido. Ao mesmo tempo em que o sujeito assimila a tradição do coletivo, ele também modifica a determinação das estruturas. Na perspectiva do autor, o sujeito é o ator social que por meio de práticas sociais, contraditoriamente, ratifica e modifica as tradições sociais. A reprodução das diferenças hierárquicas de poder não se perpetua automaticamente pela inércia, mas exige esforços sociais para transmiti-las de geração a geração.

Para proceder a análise da história de vida de Azaleia caminhei na perspectiva dos eixos estruturantes que delineiam a sociedade no viés de Heleieth Saffioti,

Ademais, o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais constituem eixos estruturantes da sociedade. Estas contradições, tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formaram ao longo da história. Este contém uma condensação, uma exacerbação, uma potencialização de contradições. Como tal, merece e exige tratamento específico, mesmo porque é no nó que atuam, de forma imbricada, cada uma das contradições mencionadas (Saffioti, 2015, p.83).

O “nó” mencionado pela autora foi utilizado como eixo estruturante para compreensão da sua narrativa, na medida em que considerei, especialmente, a classe e o gênero na elucidação do processo histórico na qual estavam inseridas as assentadas. No cruzamento das duas categorias de análises encontramos as contradições sociais em sua máxima potência.

O registro da história oral de vida possibilitou a comparação e a conexão de histórias isoladas, numa trama densa de acontecimentos. A análise das histórias de vidas serviu-nos de indício para pensarmos a trajetória das mulheres assentadas enquanto uma comunidade que conquistou a terra por meio do ingresso no barraco de lona, e enfatizaram essa etapa em suas recordações.

### ***Em busca de um lugar: a infância de Azaleia de “déu-em-déu”***

Azaleia nasceu na região pantaneira no antigo Estado de Mato Grosso no ano de 1967. Trouxe uma memória marcada por silêncios, uma vez que resumiu em poucas palavras. A partir da expressão popular “*De déu-em-déu*”, ela expressou a ausência de endereço fixo, uma infância vivida de lugar em lugar. Azaleia narrou lembranças que apontaram para uma história repleta de migrações, foram inúmeras mudanças realizadas *de fazenda em fazenda*, quando a família participou do trabalho de abertura dos pastos e ao término da empreitada partiam em busca de outra jornada.



Azaleia não recordou o curso das migrações realizadas na infância. Mesmo fazendo esforço de puxar o fio da memória ela não conseguiu listar o percurso das mudanças até chegar à cidade. Assim, buscamos os indícios da cronologia das migrações a partir da presença das datas na memória do trabalho e da escola, para compreender as mudanças que acompanharam sua trajetória de vida.

Na *perambulação* pelas fazendas não teve acesso à escolarização. Aos sete anos acompanhou a família para a realização de diversos trabalhos como trabalhadores temporários na zona rural de Aquidauana. No período de uma década de permanência na região lembrou apenas da fazenda Cachoeirão como referência de morada. A impossibilidade de compreender o percurso das migrações remeteu a produção do sociólogo Maurice Halbwachs sobre a memória das crianças na infância:

Um ser como a criancinha, reduzido a suas percepções, guardará de tais espetáculos apenas uma lembrança frágil de pouca duração. Para que atinja a realidade histórica atrás da imagem, ela terá de sair de si mesma, terá de ser posta no ponto de vista do grupo, para que possa ver como tal ato marca uma data – porque entrou no círculo das preocupações, dos interesses e das paixões nacionais. Mas nesse momento o fato deixa de se confundir com uma impressão pessoal (Halbwachs, 2006, p. 80).

À luz de Halbwachs, podemos pensar sobre a condição das lembranças de Azaleia sobre a infância, que além de estar sujeita a curta duração da memória de criança, viveu as constantes migrações, que dificultaram a constituição de uma base, sobre a qual um grupo compartilha e vivencia a prática social. Ela pertencia ao grupo de trabalhadores expropriados que migraram em busca da sobrevivência na roça em troca do sustento da família.

No fim da narrativa confidenciou em tom de vergonha, que somente aos onze anos de idade se sentou pela primeira vez numa carteira escolar. Foi quando a família partiu para Anhanduí, distrito da cidade de Campo Grande, no ano de 1978, um ano antes da cidade tornar-se capital do Estado, após emancipação do Estado de Mato Grosso.

O significado da ausência da escola remete aos possíveis fatores: primeiramente era mulher e sua não escolarização na dinâmica da família no trabalho do campo era visto como elemento fundante da condição de seus membros. Dessa maneira, o acesso a escola de Azaleia não foi percebido como prioridade, principalmente pelo pai, uma vez que fazia parte do *habitus em que* o processo de socialização das mulheres era voltado para o aprendizado da maternidade e do casamento como regra social. Além do que as sucessivas migrações pelas fazendas tornaram a frequência escolar ainda mais frágil.

Sua memória foi marcada pela narrativa da proletarização no campo intensificada nas décadas de 1970. Em difíceis condições, muitas famílias *“perambulavam”* pelas fazendas, as quais contratavam os trabalhadores em caráter temporário, até que durasse a derrubada de uma mata, a abertura de um pasto ou mesmo a colheita de uma roça. Impossibilitadas das moradas nas fazendas, as mulheres eram as que mais sentiam as inseguranças das migrações, já que eram responsáveis pela reprodução doméstica em trabalhos que não asseguravam uma de infraestrutura adequada para a sobrevivência das famílias.

A família de Azaleia não se edificou sob os alicerces da representação de uma família *“tradicional”*, na qual o homem incumbir-se-ia da produção da unidade doméstica da casa. Pelo contrário, seu pai era alcoólista e quem proveu o sustento da família foi a mãe, que conciliou o trabalho assalariado com as inúmeras gestações que totalizaram sete filhos - três homens e quatro mulheres.

As condições de vida da mãe de Azaleia faziam parte da realidade vivida por uma parcela significativa das mulheres pertencentes à classe trabalhadora, que na produção da vida doméstica ocupavam um lugar de pouca interferência no curso das migrações, cujos acertos quase sempre eram realizados pelos maridos. Na condição de esposa elas seguiam a caminhada incumbidas da difícil tarefa da produção e reprodução da família.

Na tradicional divisão sexual do trabalho, Azaleia desde a infância participou da unidade doméstica com o trabalho na casa *dos outros*:

Às vezes a mãe dava os filhos para as famílias, para trabalharmos em troca de roupa e comida. Desde que eu me entendo por gente eu cuido de criança, de limpar a casa dos outros e nunca tive dinheiro: era sempre em troca de roupa e de comida, por que o pai e a mãe não davam conta de cuidar da gente, e por isso fazia isso com os filhos’.



O trabalho das meninas na casa é resultado da história da socialização feminina, na qual a maternidade é o destino. As histórias vividas na infância estavam entranhadas por relações de gênero. Na visão de Azaleia foi a mãe que a disponibilizou para os trabalhos domésticos assalariados, *dava os filhos para as famílias*. Na perspectiva da mãe era “natural” a mulher realizar trabalhos ligados a reprodução da família, limpar casa e cuidar de crianças: era realização de trabalhos inscritos nos *habitus sociais* como tarefa naturalmente feminina. E acrescida às relações de gênero temos a exploração de classe, no qual as relações econômicas pactuaram com a concepção de que é parte da natureza feminina cuidar da casa, por isso, pouco se remunerava pela mão de obra de uma babá: bastava um prato de comida ou roupas, muitas vezes usadas.

Ao longo da década de 1970, o crescimento da economia pecuária na região ocorreu sob a órbita da modernização agrícola, que expropriou os trabalhadores rurais do acesso à terra, bem como da morada na fazenda. As vilas que se despontaram neste contexto, eram também moradas de peões que traziam suas famílias que formavam a mão de obra temporária, estas contratadas por baixos salários, tanto pelos fazendeiros, quanto pelos moradores mais abastados do vilarejo.

A família de Azaleia foi integrada ao circuito do capital que avançou no contexto da agricultura brasileira, com a aplicação do projeto econômico de “modernização” do campo levado a cabo pelos governos militares. Restava-lhe, assim, continuar a trajetória de trabalhadora, como mão de obra, ainda mais desvalorizada, por ser menor de idade. Trabalhava nas casas *dos outros* como estratégia da economia familiar, na medida que resultou em “menos bocas” para serem alimentadas, assim como a aquisição de roupas usadas no seio de suas respectivas famílias.

A mãe de Azaleia trabalhava num restaurante do vilarejo para prover o sustento da casa e contava com a presença dos filhos maiores para os cuidados com os menores. Com a passagem do tempo representado na expressão “*ai*”, a mãe experimentou a árdua tarefa de prover o sustento na produção e reprodução da família, mas por outro lado acumulou forças para desvencilhar-se do marido que gastava nos bares o salário que recebia como assalariado da indústria de asfalto.

A ruptura do casamento dos pais ocorreu quando a mãe acumulou forças para tal empreendimento, com os filhos crescidos. Por mais de uma década ela experimentou um casamento, no qual a tradicional divisão sexual do trabalho não foi cumprida pelo cônjuge, mesmo assim sua mãe prosseguiu no seu papel de reprodução da família: foram nove gestações. Para analisar a longevidade do matrimônio jamais poderíamos perder de foco que ela era parte de uma sociedade que socializa homens e mulheres para obediência aos papéis sociais.

A mãe era herdeira de um *habitus social*, enquanto lei socialmente incorporada transmitida por uma economia simbólica, que estabelece o modelo tradicional do papel masculino e feminino a ser desempenhado socialmente. Nesta divisão as mulheres são socializadas para a criação dos filhos, tal como para o casamento, que segundo Pierre Bourdieu é um dos dispositivos sociais que não podemos desconsiderar na contabilidade dos diferenciais de poder. Segundo o autor:

Um outro fator determinante da perpetuação das diferenças é a permanência que a economia dos bens simbólicos (do qual o casamento é uma peça central) deve à sua autonomia relativa, que permite à dominação masculina nela perpetuar-se, acima das transformações dos modos de produção econômica: isto, com o apoio permanente e explícito que a família, principal guardiã do capital simbólico, recebe das Igrejas e do Direito (Bourdieu, 2010, p.115).

Desvencilhar-se do casamento não foi tarefa fácil, ela precisou reunir as condições concretas para o empreendimento, bem como romper com os valores normativos, transmitidos pelas práticas sociais desde a infância, quando os corpos femininos são subjetivados para o matrimônio. Era por meio do casamento que se legitimava o exercício da sexualidade e do reconhecimento social perante a ordem que organiza as relações sociais.

Com quinze anos foi trabalhar em um restaurante em Anhanduí, onde a mãe trabalhava. Época que rememorou pela sua magreza, quando as pessoas diziam que um vento poderia carregá-la. Nesse contexto o tempo da escola foi substituído pelo trabalho de copeira: nele cresceu, enamorou e casou-se com Luiz, que também trabalhava no restaurante.



## ***O casamento e o trabalho dobrado de Azaleia***

A vida *difícil* não amenizou após o casamento, ela não conseguiu deixar para traz o trabalho pesado da infância e da adolescência, pois quando adulta acumulou o trabalho assalariado com as tarefas domésticas, intensificadas com a maternidade dos três filhos, que na narrativa apareceu como o lado positivo do casamento, uma *graça de Deus*.

Após quinze anos de trabalho no restaurante, o proprietário do restaurante propôs o fim da carteira assinada, em benefício de um contrato regulado pelo pagamento de diárias, que eles pagavam quando *podiam e queriam*. Azaleia não aceitou a proposta de trabalhar sem a regulamentação do trabalho, preferiu a demissão e seguir no casamento numa cidade maior. Azaleia preferiu ficar em casa, atitude logo seguida pelo marido.

O fim do matrimônio dos pais resultou em mais esforços para auxiliar na subsistência da família, uma vez que a separação foi marcada pela ausência paterna, que em nenhum momento foi mencionado após a separação. Sobre a mãe ainda mencionou:

Quando o meu pai largou da minha mãe tinha minhas irmãs pequenas, eu até levei uma para morar comigo, só que não deu certo por causa do meu marido, porque a gente quer uma coisa e o marido quer outra. Eu ficava com dó das minhas irmãs, que sofreram muito, porque a mãe ia para um lado para outro, ela não tinha juízo, não sei o que era na cabeça da minha mãe. Assim que ela se separou do meu pai mudou-se para Campo Grande, onde amigou com um rapaz e foi morar no Comodato em Iraci Coelho. A união não deu certo, ela arranhou um novo marido, que conseguiu um lote num assentamento e para lá se mudaram (Azaleia, 2014).

Percebia a mãe como desorientada, *ela não tinha juízo, não sei o que era na cabeça da minha mãe*. Azaleia não compreendia as dificuldades da mãe diante da responsabilidade de manter sozinha o sustento das filhas e o desemprego vivido no acordo do restaurante que se impôs a todos os funcionários. Era analfabeta, não tinha qualificação profissional que exigia os trabalhos nas cidades. A tentativa de outros casamentos e a partida para Campo Grande foi o caminho seguido, quando ingressou na luta pela terra e foi morar nos acampamentos que despontavam no Estado ao longo da década de 1980, levando junto as filhas que ainda estavam solteiras.

Azaleia não seguiu o destino da mãe na luta pela terra, apresentada sem detalhes na sua narrativa, apenas mencionou como época que ela *ia para um lado para outro*. Este era o cenário na qual despontava o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), oriundo do Sul do país, que se instalou no cenário político do recém Estado de Mato Grosso do Sul.

As mudanças nos acampamentos resultavam das dificuldades da organização de firmarem a mobilização, diante da repressão policial, tal como do incipiente apoio dos governos no avanço da reforma agrária. Na caminhada da luta, a mãe conquistou um lote destinado a reforma agrária. Sobre a trajetória do barraco de lona vivido pela mãe, Azaleia mencionou de passagem, *a minha mãe sempre foi acampada então ela dizia "Vai lá minha filha, você consegue!"*.

Nos barracos de lona a mãe encontrou a experiência de mobilizações, junto a um coletivo que se aglutinou ao longo da década de 1980 em prol do trabalho na terra. Ela ingressou na *"espiral da luta pela terra"* que se alimentava das carências sociais nas periferias das cidades: era um movimento social que investiu na formação da identidade *sem terra* para impulsionar a ação dos sujeitos para ocupações dos latifúndios improdutivos. Entretanto, Azaleia, adulta achava que aquela vida não era para ela, apesar do desejo do marido de possuir um *pedaço de terra*.

Integrar o MST na década de 1980 representou uma prática de enfrentamento que a luta desencadeava na vida dos seus integrantes. As constantes expulsões dos acampamentos resultavam em mudanças dos barracos de lona preta pelas diversas ocupações realizadas no Estado, em rodovias, praças e fazendas. Azaleia pouco rememorou sobre o percurso da sua vida matrimonial.

Talvez porque as lembranças remetessem a um período que pouco determinou o curso da sua história: estava casada, não mais sobre a influência do poder do pai, mas sob a tutela dos desejos do marido que não aceitou a presença da irmã. Sob a justificativa de que amava muito o marido, cedeu a suas exigências e caprichos.

Diante da divisão sexual do trabalho as mulheres são responsabilizadas pela ordem da família, Azaleia permaneceu atrelada ao papel da esposa submissa aos desejos do marido, mesmo contrariada. Afinal o marido era reconhecido pelo Estado como o chefe de casa, responsável pelas propriedades da família. Como poderia Azaleia contrariar o marido na defesa da irmã dentro de sua casa?



A presença da mãe no MST resultou no convite para ingressar na luta pela terra. Entretanto, Azaleia não aceitou o convite, pensava *que eu não ia dar com aquela forma de vida* de enfrentamento, marcada por despejos, repressão policial, o *vai e vem* nos acampamentos. Neste momento, a mudança para a capital do Estado pareceu-lhe como possibilidade de ascensão social, com oferta de trabalho para o casal. A mudança foi amparada por relações de parentesco, quando permaneceram *morando de favor*.

Em Campo Grande, Azaleia realizou o sonho da casa própria, construiu a família com o nascimento de três filhos e ocupou-se dos cuidados da família ao longo de duas décadas, *era sossegada, calma* em suas palavras, enquanto o marido se tornou artesão e estabeleceu um ponto na feira da cidade. Ela viveu a relação conjugal de maneira que desempenhou um papel socialmente desvalorizado, marcado pela divisão sexual do trabalho, no qual o exercício da produção doméstica, realizado no âmbito da casa, não foi computado como produtivo e não concretizou em relações monetárias: *era o trabalho dobrado* que mencionou em sua história. Os afazeres domésticos eram considerados como trabalho acessório que ajuda a família no plano simbólico, uma vez que ele não participa da produção de mercadorias, e desse modo seu trabalho era percebido como voltado para consumo. Sobre o assunto escreveu Bourdieu:

Esse trabalho doméstico passa, em sua maior parte, despercebido, ou mesmo malvisto [...] e, quando ele se impõe ao olhar, ele é desrealizado, transferindo-o ao plano da espiritualidade, da moral e do sentimento, o que facilita seu caráter lucrativo e “desinteressado”. O fato de que o trabalho doméstico da mulher não tenha uma retribuição em dinheiro contribui realmente para desvalorizá-lo inclusive a seus próprios olhos, como se este tempo, não tendo valor de mercado fosse sem importância e pudesse ser dado sem contrapartida, e sem limites, primeiros aos membros da família, e sobretudo às crianças (Bourdieu, 2010, p.117).

Na economia de troca dos bens simbólicos o trabalho de Azaleia tornou-se menor que a atividade do marido, que ocupou o espaço público das relações sociais, consideradas produtivas perante o ordenamento que rege as práticas sociais, como um *habitus sociais*. Até que um dia o marido insatisfeito com sua “acomodação”, disse-lhe, *para você tanto faz a água correr para cima quanto para baixo*. Ela incomodou-se com tal fala e resolveu partir para a luta, na busca da valorização de seu trabalho, *eu gostava, eu amava muito ele, eu queria ajudá-lo de alguma forma*.

A memória de Azaleia ainda estava condicionada a um *habitus* social que ratificava a desvalorização do seu trabalho e legitimava sua posição de inferioridade no espaço privado da casa. Ela não reconhecia o valor da economia doméstica que desempenhou na consolidação da família, e desta maneira sancionou a superioridade do trabalho do marido no provento da família, tal como a invisibilidade do seu trabalho.

Azaleia estava entranhada pelas representações sociais construídas por relações de gênero, que constroem identidades de homens e mulheres. Os cuidados com os filhos, com a casa, com a comida e com a roupa, não foram reconhecidos como trabalhos, mas como ajuda, um papel secundário na trama do casamento. Diante da acusação do marido de ser acomodada ela sentiu-se no dever de mobilizar forças para mudar o curso do rio e fazer *a água descer para baixo*, na expectativa de fortalecer o matrimônio, afinal os esforços necessários para preservação dos laços matrimoniais são tarefas das esposas.

### ***O ingresso nos barracos de lona: entre o amor pelo marido e a luta pela terra***

O ingresso de Azaleia na luta pela terra ocorreu de maneira singular, pois ela foi movida pelo amor ao marido e pela necessidade de agradá-lo. Ela ingressou em um acampamento organizado pelo MST, contrariando seus anseios, uma vez que não tinha interesse em morar na zona rural, tampouco viver nos *barracos de lona* como viveu sua mãe. Contudo, estava disposta a realizar o anseio do marido, desse modo acessou a rede de mobilização do MST, esta marcada por relações interpessoais, laços de vizinhança e amizade que movem uma ocupação (Loera, 2006, p.42).

O acesso ao MST ocorreu através da mãe, que conquistou o lote de terra na década anterior junto às mobilizações do MST. Ela pertencia à *espiral da luta terra*, conhecia a obrigação de assentada, de alimentar os cadastros do MST, com a indicação de possíveis candidatos para reforma agrária. E, desta maneira, Azaleia narrou seu ingresso na luta pela terra, que ocorreu no ano de 2005, para compor a formação de um acampamento no Capão Seco, no município de Sidrolândia.

Neste momento, em que buscava mudanças na vida conjugal, o caminho de *Sem Terra* trilhado pela mãe serviu-lhe de exemplo. Diferente da época de recém-casada, quando sentiu *dó* das irmãs, diante da precariedade material vivida nas



ocupações pelos municípios do Estado e ainda responsabilizou a mãe pela falta de *juízo*. Não aceitou sua sugestão para adentrar na luta pela terra, *pensava que não daria com aquele jeito*, tinha casa própria, vivia a criação dos filhos e a certeza da trajetória no casamento no espaço da cidade.

Depois de quase duas décadas a situação matrimonial havia se modificado. Em tom de vergonha, ela confidenciou as incertezas vividas no casamento no trânsito para o acampamento, *A turma falava para mim que ele era muito safado, o povo falava o que a gente não vê. Quando a gente gosta muito a gente sabe das coisas, mas gente não quer enxergar*. Azaleia viveu para o casamento, dedicou-se na consolidação da família tinha consciência do papel de subalternidade na relação conjugal, *a gente sabe das coisas*, no entanto preferiu não *enxergar* as traições. Admitir a infidelidade era assumir o fracasso do matrimônio, bem como o seu desempenho enquanto esposa: a insatisfação do marido era sua responsabilidade.

Considero importante refletir sobre o consentimento de Azaleia na relação do casamento, ela percebeu as transgressões do marido, mas não admitiu perante o *povo*. Preferiu assumir a estratégia da luta pela terra para trazê-lo de volta para a unidade doméstica, pois tinha a esperança de que atendendo ao seu desejo de posse de um sítio reconquistaria sua admiração. As reflexões filosóficas da Genevieve Fraisse ajudaram a pensar as experiências vividas por Azaleia:

Los sexos no están fuera de la historia que se construye; más aún, los sexo hacen la historia, hacen también la historia. Siendo así, el argumento invocado o reivindicado del consentimiento debe tomarse muy en serio. Em su versión individualista, el argumento “es mi elección”, no tiene grandes alcances, aunque pueda parecerle suficiente a los militantes llamados “liberales”. Puede satisfacer a algunos, a algunas, pero basta con subrayar el limite de una práctica individual, fuera de contexto, social, política o histórica, para que cualquiera comprenda que así no se puede llegar mui lejos (Fraisse, 2012, p.101).

Para a autora, a construção das diferenças sexuais faz parte do processo histórico que constroem as diferenças, tal como as diferenças sexuais constroem o devir da história. Em contraposição ao ideário liberal, que atribui aos indivíduos a autonomia para realizar suas escolhas pessoais, livres das inscrições sociais, ela argumenta que para se compreender as práticas sociais faz-se necessário levar em consideração os contextos históricos, sociais, político no qual os indivíduos estão inseridos de maneira que não suprima as inscrições coletivas nas ações dos sujeitos na história.

Na perspectiva liberal questionada pela autora, Azaleia seria a única responsável pelas suas escolhas, contudo é importante analisar a atitude de Azaleia imbricada com as relações sociais, sua prática estava inserida num contexto que legitimava a dominação masculina. A liberdade de colocar fim as traições do marido, estava circunscrita pelo medo de colocar fim ao casamento, visto que era dever de mulher submeter a autoridade do marido.

Ela era um corpo feminino marcada pelas regras sociais e na esperança de salvar o casamento, optou por silenciar o adultério e seguiu numa luta que não lhe interessava. Mesmo sem vontade de viver na zona rural e *calma* com a vida de casada na cidade, mostrou-se disposta a provar para o marido que não era acomodada, conforme sua acusação.

Enquanto mulher seguiu um roteiro traçado pelas estruturas coletivas e executados por diversas mediações sociais, tais como, famílias, escolas, igreja, partidos políticos, políticas públicas, as quais enfatizam o casamento com destino e naturalizam a maternidade como essência feminina, esta dotada da capacidade de submeter-se ao adultério do marido. Todavia, o ingresso de Azaleia na luta pela terra veio acompanhado da negativa do marido de ocupar o barraco de lona, rememorada em tom de ironia:

Quando eu decidi ir, o meu marido desistiu, mas nessa altura estava decidida a continuar. Então, propus que fizéssemos um revezamento de quinze dias para cada um no acampamento, assim ele poderia mandar as coisas para mim no acampamento. Ele concordou, fomos e ficamos acampados na BR do assentamento Geraldo Garcia, no município de Sidrolândia, meu marido ficou trabalhando em Campo Grande (Azaleia, 2014).

Na negociação dos desejos do marido para prosseguir na luta pelo sítio, Azaleia partiu levando a filha de cinco anos, pois os demais filhos já estavam adultos e não aceitaram tal desafio. Apesar do combinado, o marido não cumpriu com o tratado e numa visita ao acampamento, disse-lhe que não voltaria *para aquele lugar*. Posteriormente, quando ela retornou para Campo Grande ele a pressionou, dizendo, *eu quero que você decida: você vai ficar comigo ou com as terras?* O cotidiano do acampamento respingou sobre suas certezas no matrimônio assim recordadas:



Eu fiquei muito triste, então a turma falou que logo as terras seriam cortadas, mas sempre eles falavam que estava perto de cortar e o povo ia adiando. (...) Então, eu pensei e falei, *olha eu quero os dois, quero você e as terras, mas se você não quiser vou fazer o que? Eu quero as terras!* (Azaleia, 2014).

Neste contexto, ela havia se identificado com coletivo das mobilizações, com o espaço público das negociações do MST, conforme ela afirma: *você acaba se entranhando ali dentro e se acostumando*. Paulatinamente, na luta pela terra ela recuperou a autoestima, perdida na condição do casamento, na subalternidade do trabalho doméstico e contrariou os desejos do marido na relação conjugal. Respondeu-lhe que permaneceria na ocupação, detalhe que este foi o único momento da entrevista que confidenciou o nome do então ex-marido, possivelmente porque nesta resposta estava incutida o caminho do divórcio, porque agora ela desejava a terra, mais do que o Luís.

O ingresso de Azaleia na luta pela terra não ocorreu a partir da formação em movimentos sociais que a despertaram para a injusta estrutura fundiária no país. Naquele exato momento ela entrou porque amava *muito* o marido e não porque tinha a consciência que pertencia a uma classe social injustiçada na partilha das riquezas econômicas.

Ela optou pelo acampamento porque toda família aderiu à luta pela terra: ela participou da *espiral das ocupações*, que as mobilizações engendraram com o estabelecimento dos assentamentos rurais. Conquistar um lote foi o combustível da luta, no qual a experiência de assentado serviu de modelo para parentes, vizinhos e amigos para o ingresso no MST. Assim, a mãe de Azaleia colocou à disposição das ocupações os três filhos, que imbuídos pelo sentimento de parentesco, também aceitaram o intento de participarem das construções dos barracos de lona.

A história vivida por Azaleia na trajetória do acampamento ocorreu em meio ao emaranhado de tramas: ela viveu o entrecruzamento da luta pela terra com o fim do matrimônio. Como ela optou pela luta, o marido procurou mecanismos para desestabilizá-la diante do seu interesse em permanecer no acampamento. A chegada da intimação para o divórcio, impetrada por ele e conduzida pelo oficial da justiça ao espaço do acampamento, foram concomitantes às ameaças feitas pelo marido, de que ela perderia os filhos na precária situação do barraco de lona, *neste momento o mundo desabou sob a minha cabeça!*

Depois de duas décadas dedicada a economia doméstica, Azaleia viu todos os investimentos pessoais ameaçados: o casamento, a maternidade, o patrimônio material. O anúncio do divórcio, em meio a ocupação no acampamento, tornou sua situação vulnerável. Não tinha profissão e nem escolaridade, dedicou-se para os cuidados da casa e da família, socialmente considerados como ajuda secundária.

Estava debaixo do *barraco de lona* e o anúncio do fim do matrimônio resulto desamparo econômico, já que a renda era controlada pelo ex-marido que manteve o ponto na feira, além das ferramentas utilizadas na produção dos artesanatos. Enquanto ela permaneceu com medo de não ser reconhecida perante a juíza, como capaz de exercer o papel de maternidade da filha que a acompanhou para o cotidiano do acampamento.

Diante da ameaça de perder a guarda da filha, a preocupação com a divisão dos bens patrimoniais da família pareceu-lhe menor, *queria saber dos meus direitos sobre os filhos, era única coisa que me interessava*. Todavia, a Lei do Divórcio assegurou-lhe o direito sobre o patrimônio constituído sobre o casamento, tanto que logo a Juíza, atentou para estabelecer sua renda na partilha e a necessidade de se chegar a um acordo: ela não tinha o direito somente à guarda dos filhos, mas também às posses da família.

Neste momento, as mulheres integrantes do MST serviram-lhe de amparo para Azaleia que ficou *desesperada, chorava dia e noite*, mas com o apoio das mulheres acampadas encontrou forças para prosseguir no desejo de conquistar a terra. Mesmo que as relações de gênero não fossem a tônica da organização, as mulheres estavam presentes nas mobilizações e permeadas pelos avanços nas conquistas femininas na esfera do Direito: no ano de 2003 uma portaria emitida pelo INCRA, viabilizou a propriedade do uso da terra no nome das mulheres.

A presença feminina acrescida pelo ideal de transformação social proposta pela organização propiciou a necessidade de posicionamento da comunidade, que na condição de vizinhos acompanharam-na audiência como testemunhos de seu direito de exercer a guarda da filha.

Na trajetória da ocupação desenvolviam-se diferentes relações de sociabilidades e de solidariedade que se estabeleciam entre vizinhos, parentes e lideranças. A identidade de *Sem Terra* era construída, em torno de uma comunidade diversificada, organizada para a luta e vitalizada pelo otimismo das lideranças do MST que acenava com a



vitória das mobilizações sobre as terras improdutivas, *a turma falou que logo cortaria as terras, mas sempre é assim, eles falam que está perto e você fica, só que o povo vai adiando, e não sai.*

Era estratégia da organização indicar a proximidade do fim da luta com o corte dos lotes, enquanto forma de incentivar as famílias, uma vez que a desapropriação dependia da mobilização de seus integrantes. Dessa maneira, Azaleia, apoiada pela irmã e a *turma* do acampamento, fez a escolha de estabelecer-se na luta e legalizar o divórcio.

Antes de ingressar no acampamento ela achou que não se adaptaria à realidade das mudanças, dos barracos de lona, com a convivência coletiva que as atividades exigiam. Na privacidade do casamento olhava a luta da mãe com estranhamento, os barracos de lona alinhavados pelo coletivo das mobilizações contrastavam com a intimidade da casa, na qual os desejos do marido se constituíam em trajetória da família.

Não obstante, em menos de um ano, depois de três acampamentos suas ideias se modificaram. Reuniões, passeatas e assembleias abriram-lhe os horizontes dos espaços públicos, antes ocupado pelo marido. Ela amava o marido, assim o processo de separação foi marcado por oscilações dos seus desejos, dessa maneira recordado:

Depois de muito tempo que ele viu que eu conseguiria a terra, ele ficava indo atrás de mim, ainda fiquei com ele um tempo, eu ainda gostava muito dele, até que um dia ele mandou eu ir ao salão, arrumar o meu cabelo. Ele queria que me transformasse e eu querendo agradá-lo, pintei o meu cabelo de loira. Até que um dia eu falei, *não quero enfeitar boneco para ninguém!* Ele queria ser dono de mim, dono das lutas e eu não aceitaria mais isso. [...] Então eu resolvi e falei, *ah, eu não quero mais!* Então nos afastamos, nunca mais conversamos (Azaleia, 2014).

Num período de quase dois anos ela notou a flexibilização das ações do ex-marido diante da luta, quanto este percebeu que o tempo do acampamento estava se findando, *ele ficava indo atrás de mim.* Diante disso, conciliou várias lutas: a ocupação do barraco junto com a filha; a participação no Movimento, condição necessária para a conquista do lote e conduziu o divórcio e a partilha dos bens que ocorreu em meio as discussões e ofensas perante as audiências na justiça.

A violência patrimonial vivida por Azaleia constitui-se numa manifestação da violência de gênero bastante comum nos processos de separação. Impedir a mulher do acesso a renda dificulta-lhe a realização da sua autonomia, tal como desfazer-se de um matrimônio permeado por relações assimétricas de poder. Até pintou o cabelo de loira para agradá-lo, mas paulatinamente percebeu que não queria mais *enfeitar boneco para ninguém*, e compreendeu que ele queria ser *o dono dela, o dono da luta*, e rompeu com o casamento. E a terra que ela lutou para o marido, a partir de então seria dela.

Em 2007 Azaleia tornou-se titular do lote no assentamento João Batista em Sidrolândia/MS, paulatinamente ocupou a terra conquistada, denominada de sítio. Atravessou inúmeros desafios desde a chegada ao lote definitivo, quando tratou de fazer a mudança do barraco de lona para o lugar definitivo, junto com a filha de cinco anos de idade, rememorado com um misto de alegria e tristeza pela solidão do acontecimento, mudamos “para um lugar ainda mais longe. Eu não tinha carro, não tinha dinheiro para pagar carro para levar as minhas coisas. Como eu iria? Fomos a pé e de bicicleta. Levamos cada tomo de bicicleta” (Azaleia, 2014).



Azaleia em frente a sua morada no assentamento João Batista – Sidrolândia/MS



Figura 2 - Autora: Cláudia Delboni, arquivo pessoal

Sozinha nos trabalhos do lote, precisou recorrer ao trabalho assalariado em um mercado do assentamento, enquanto retomou os estudos. Conquistou a casa de alvenaria e os recursos do Pronaf, com o qual incrementou a aquisição do rebanho, que chamava de *minhas vacas*. Aos poucos, dedicou-se aos trabalhos informais para a geração de renda e desse modo produziu doce de leite no quintal e o comercializou nas feiras de Sidrolândia, agregando valor ao leite produzido no sítio. Individualmente, ela construiu uma cadeia produtiva que perpassou pela criação do gado, a ordenha da vaca, o cozimento do leite e, por fim, a comercialização do doce. Sobre a condição de estar sozinha na luta pela terra resumiu da seguinte maneira:

Porque eu passei muito sofrimento por ser sozinha, pois o povo não respeitava a gente, porque era mulher sozinha, se você pedia para um homem fazer alguma coisa para você, ele já ia com outras intenções, porque você era sozinha, eles achavam que tinha que aceitar. É mais é nesse sentido que não foi fácil (Azaleia, 2014).

Enquanto *habitus social*, o casamento era socialmente valorizado e a sua condição de divórcio, tornava-a disponível para satisfação dos desejos masculinos, *porque você era sozinha, eles achavam que tinha que aceitar*. Em consonância com os valores do patriarcado, as mulheres eram percebidas como dependente de um homem, o qual exerceria o papel de chefia. Caso contrário, eram vistas como mulheres disponíveis para a satisfação dos desejos sexuais masculinos, *ele já ia com outras intenções*.

Responsável pela unidade doméstica e pela produção do sítio, desdobrou-se em várias frentes de trabalhos: assalariada, cozinheira, comerciante, estudante, além da produção do lote e dos quintais, especialmente na criação de gado leiteiro como as demais assentadas. Todavia, sofreu um revés na condição de assentada, quando a filha com doze anos se mudou para Campo Grande, para cuidar da neta que havia nascido e a filha sem acesso a creche, contou com ajuda da irmã para retornar ao trabalho. Este evento foi narrado com profundo sentimento de dor por Azaleia.

A saída da filha representou-lhe um golpe para o seu projeto de assentada. Primeiro o sentimento de solidão foi difícil de ser superado, ainda que permanecesse muito tempo fora do sítio, contou com a parceria da filha deste os cinco anos de idade. Logo encontrou um companheiro, também assentado, que apesar de viverem uma condição de união, cada um trabalhava no seu lote. Tinha receio de que a condição de casamento resultasse em questionamentos da comunidade da existência de uma família e a posse de dois lotes.

Por isso, ela não se apresentava como casada, poderia complicar sua trajetória de conquista no assentamento. Talvez essa seja uma dificuldade das mulheres solteiras, divorciadas e viúvas dentro da comunidade assentadas, o medo de



assumir uma nova relação de casamento com um assentado, diante da possibilidade da perda da concessão de uso da terra.

A ausência da filha abalou seu projeto para o futuro do sítio, na medida que planejou deixá-lo de herança para ela, que participou da sua luta. Era uma maneira de compensá-la pelo trabalho prestado, como um direito assegurado pela difícil luta nos acampamentos. Um dos barracos de lona foi montado no dia de seu aniversário de cinco anos, entre as lágrimas de criança, na resistência ao difícil trabalho de estar na luta pela terra.

Diante da solicitação da filha mais velha, Azaleia não encontrou argumentos para negar o seu pedido. A filha não queria ir, mas Azaleia convenceu-a devido a necessidade do momento, com o argumento de que na cidade teria mais possibilidades de estudos, além do que ficava muito tempo sozinha no barraco de lona devido a diversas tarefas que precisou desdobrar-se. Contudo, o que Azaleia não esperava é que nesta trajetória a filha se adaptasse ao mundo urbano e não se interessasse mais pelo sítio. O espaço do acampamento tornou-se pequeno para os sonhos da filha. Sobre a mudanças no comportamento da filha Azaleia lembrava com profunda tristeza:

Mas depois que ela foi para cidade não quis voltar. Então, ainda hoje eu falo para ela voltar e fazer uma faculdade como estou fazendo aqui, mas ela disse que não quer mais sítio de jeito nenhum, quer a cidade, quer shopping, esse negócio de tecnologia. Nem me visitar ela vem. Eu falo para ela, *minha filha, você se lembra da vida que levamos?* E ela responde que por isso mesmo que não quer mais, diz que sofreu muito aqui (Azaleia, 2014).

Todos os conflitos vividos no assentamento pareceram menores diante da saída da filha. Azaleia viveu as contradições intrínsecas ao espaço do assentamento, impelida pela necessidade de estabelecer-se, simultâneo ao sofrimento resultado da perda de única herdeira de sua luta. Durante o dia trabalhava no mercado e à noite retornou os estudos na escola do assentamento, desse modo sentiu-se culpada pela sua não presença no cotidiano do sítio e viu a partida da filha para a capital como estratégia para que a *situação melhorasse*.

Entretanto, o distanciamento da filha a impossibilitou na transmissão dos valores do campo, baseados nos valores de uso da terra, *o sítio é a melhor coisa*. Atraída pelos valores de consumo da cidade, a filha não se interessou mais pelo sítio, *quer shopping, esse negócio de tecnologia*. A interrupção do convívio no assentamento resultou no distanciamento do cotidiano vivido na terra, desse modo Azaleia não conseguiu assegurar para a filha a memória de sua luta, a qual foi percebida não como conquista, mas como lugar de sofrimento. Ela que apostou na possibilidade de escolarização da filha fora do assentamento contribuiu para distanciá-la dos laços identitários enquanto *Sem Terras*, desse modo a aproximou do modo de vida urbano e a desvalorização do campo.

Para compreender a saída da sua filha buscamos as reflexões antropológicas de Elisa Guaraná sobre a saída dos jovens, especialmente as mulheres, dos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro, assim escreveu sobre o assunto:

Em Eldorado “ficar” ou “sair” apresenta-se como paradoxo. Os mesmos adultos/pais que tratam como problema a “saída dos jovens” do campo por meio de expressões como *Os jovens estão indo embora!* apontam a justiça de buscarem um futuro melhor. Este discurso também é traduzido em estratégias familiares de manutenção do lote, que envolvem formas de “sair” ou de associar trabalho no lote e atividades externas. De um lado, os pais/adultos tecem críticas à falta de responsabilidade do *jovem* com o trabalho na roça e com a terra da família, e, de outro, sonham com um *futuro melhor para seus filhos* (Castro, 2006, p. 251-252).

Tal como no assentamento Eldorado, Azaleia viveu o *paradoxo* da partida da filha, ela que aceitou a sua mudança, depois estranhou seu interesse pela tecnologia, pelos shoppings e culpava-a pela falta de interesse pelo sítio. O sonho de um *futuro melhor para a filha* resultou no abandono do sítio conquistado com luta. Dessa maneira, a filha contrariou suas expectativas, deixando-a profundamente entristecida, o choro no momento da entrevista foi expressão desse paradoxo. Por fim, ela percebeu a negação dos seus anseios, uma vez que o acesso à universidade não se apresentou para a filha no cenário urbano, mas sim para ela que permaneceu na consolidação do assentamento.

A opção pela escola acompanhou a trajetória de Azaleia, ela concluiu o ensino básico na escola do assentamento, está criada a partir da luta das mulheres. Ao concluir o Ensino Médio assistiu a oferta dos cursos de licenciatura destinados a trabalhadores do campo, assim narrado:



Terminei os meus estudos e agora estou fazendo a faculdade, que não era a coisa que eu queria, meu sonho era fazer engenharia civil, mas não tive essa oportunidade. A professora Célia me incentivou dizendo que através dessa faculdade eu poderia pegar outras coisas e depois decidiria pelo que realmente queria fazer. O curso era na área de formação de professores e para mim seria bom, porque para gente conseguir alguma coisa, era necessário ter feito uma faculdade. Então, percebi que poderia ser bom para mim, já que não pagava nada, também ficaria somente quinze dias na faculdade e isso era bom por causa do meu sítio. Eu agradeço a professora Célia, porque estou gostando muito (Azaleia, 2014).

Azaleia agradeceu pelos conselhos recebidos, pois eles foram valiosos na sua trajetória no assentamento, ela passou no vestibular e estava satisfeita com o curso. Embora tenha dispendido poucas informações sobre processo de formação, ele foi fundamental para assegurar o trabalho no assentamento proporcionando-lhe maior autonomia. Tanto que antes da conclusão do curso conseguiu uma carga horária para ministrar aula na escola João Batista, quando estava cursando o último ano no curso em Licenciatura do Campo.

Azaleia realizando tarefas no curso de licenciatura do campo



*Figura 3 - Autora; Cláudia Delboni - Arquivo pessoal*

A trajetória de Azaleia tornou-se referência para algumas jovens e mulheres do assentamento, que durante as entrevistas mencionaram sua história como possibilidade de novos tempos. No espaço da luta pela reforma agrária ela realizou o sonho da escolarização e se consolidou como docente no assentamento<sup>ii</sup>.

## CONCLUSÃO

Por fim, a memória da infância de Azaleia foi indício para pensar os processos migratórios estabelecidos no Estado de Mato Grosso do Sul ao longo da década de 1960/70, quando muitas famílias experimentaram a mobilidade geográfica em busca de trabalho em pleno período da Ditadura Militar que tinha como projeto econômico a “modernização” da agricultura.

Azaleia falou pouco da infância e da juventude, pareceu-me que desta fase pouco restou para ser dito. Talvez a presença dessa ausência fosse resultado de lembranças que remetiam a um período de sua vida, que a presença da estrutura do patriarcado tornou difícil seu protagonismo.

Era uma narrativa que por meio do silêncio falou-nos, por contradição, de um campo permeado pela exploração do trabalho infantil, pela impossibilidade do trabalho na terra, pela escola negada, por um contexto marcado por relações sociais estruturadas pelo patriarcado. Nas sucessivas mudanças, em diferentes regiões do Estado, ela experimentou situações semelhantes às vividas por muitas mulheres que tiveram sua força de trabalho desqualificada até o limite. Desde crianças trabalhou na casa dos *outros*, como domésticas e quase nunca recebeu salário, referentes aos serviços prestados.

Ela rememorou a fase adulta a partir do matrimônio, das tensões familiares, do desemprego, das dificuldades para a conquista de uma moradia. Sua história trouxe à tona a maneira pela qual ela interpretou o mundo, assim como construiu significados no tempo e no espaço, dando sentido à sua vida particular e, dessa maneira, encontrou interlocução na luta pela terra, a qual valorizou a sua participação e reconheceu seu protagonismo.

Em contraposição à ausência de detalhes da infância e adolescência - na medida que sua narrativa foi circunscrita ao mundo do trabalho -, ela enfatizou o contexto de adesão à luta pela terra, de maneira que explicou os motivos que conduziram ao ingresso nos acampamentos do MST. Sua narrativa sobre a ocupação da terra apareceu como uma guinada em sua vida. Assumir a *espiral da luta pela terra* significou uma postura de enfrentamento perante a sociedade de um modo geral, uma vez que assumiu a legitimidade das ocupações, e compreendeu a luta de sua mãe. Acampar no barraco de lona foi um protesto contra a concentração fundiária, contra a falta de políticas públicas voltadas aos trabalhadores do campo e da cidade. Nos barracos de lona ela participou das atividades que a despertou para a defesa dos seus direitos: ela compreendeu que poderia ser dona de um pedaço de terra, independentemente do consentimento do seu marido, assim se desvencilhou de um casamento marcado por relações assimétricas de poder, que a colocou num papel de subalternidade.

Ser titular do lote possibilitou que Azaleia se desvencilhasse da vulnerabilidade econômica, lhe proporcionou autonomia para condução de seus anseios, uma vez que pode acessar recursos públicos destinados para a realização de novos projetos. Este seria o ponto mais alto que poderia alcançar na disputa por uma equidade de gênero, uma vez que a posse da terra abriu as portas dos bancos aos financiamentos e aos créditos, necessários para a prosperidade econômica. O acesso à terra equivaleria ao empoderamento, expressão empregada por Carmen Dianna Deere e Magdalena León para explicar o poder nas mãos das mulheres:

O empoderamento da mulher desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e certamente leva à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado. Isto porque o empoderamento ocorre quando houve uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade. Pode se observar quando as decisões unilaterais não são mais a norma dentro da família (Deere:León, 2002, p. 54).

O empoderamento da mulher no campo perpassa pelo acesso a bens. A posse da terra como instrumento de emancipação feminina atravessou os movimentos sociais de luta pela terra, que pressionaram o Estado para a criação de políticas públicas que atendessem às demandas das trabalhadoras rurais. Entre 2003 e 2007, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) publicou a Portaria Nº 981/2003 e a Instrução Normativa Nº38/2007, cujo conteúdo alterou a regulamentação da reforma agrária ao efetivar o direito das mulheres à terra e os procedimentos para a sua inclusão.

A posse da terra foi uma condição necessária para assegurar direitos básicos para garantia de sua autonomia, desse modo conquistou a escolarização e abandonou a vergonha que sentia de ter sentado num banco da escola aos onze



anos de idade, afinal ela estava cursando o ensino superior. A conquista do lote possibilitou permitiu o acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para a construção da casa de alvenaria e a criação das *vaquinhas*. O assentamento era o espaço da contradição, de realizações e indefinições; era um espaço em construção, ainda por fazer.

Por fim, a maneira de fazer política das mulheres assentadas perpassou a mobilização de seus corpos e de suas vidas na luta pela escola, pela saúde e pelo transporte; estratégias nas quais suas demandas foram incluídas na pauta da luta pela terra. Desse modo, no processo da reforma agrária, a luta e a conquista da terra possibilitaram o acúmulo de forças para reorganizarem suas experiências de vida e interferirem, efetivamente, em suas histórias. A migração, o trabalho temporário, o emprego doméstico, a violação de seus corpos e de muitos de seus direitos foram por ora afastados de suas trajetórias de vidas, afinal, as lutas continuam por outras formas de existências e (re)existências.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *A dominação Masculina*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2010.

CASTRO, E. G. As jovens rurais e a reprodução de hierarquias. In. *Coletânea sobre estudos rurais e gênero*. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2006.

DEERE, C. D. & LEÓN, M. *O Empoderamento da Mulher: Direitos terras e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2002

FRAISSE, G. *Del Consentimento*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2012.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: centauro, 2006.

LOERA, N. R. *A Espiral das Ocupações de Terra*. São Paulo: Polis; Campinas, SP, UNICAMP, 2006.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

## NOTAS

---

<sup>i</sup> ENTREVISTA, Azaleia (Áudio MP 3) Produção: Cláudia Delboni. Sidrolândia, 02/11/2014, 1h e 20 minutos.

<sup>ii</sup> Dois anos após a conclusão da pesquisa, no ano de 2019, recebi a notícia que sua filha havia retornado para o assentamento e com certeza aliviou o sentimento de solidão na consolidação do lote. Todavia, no ano de 2021 sua trajetória foi interrompida por um trator, que atravessou a pista MS 258 e impossibilitou seu desvio (ela trafegava de moto em direção a rodovia que conduz a cidade de Campo Grande). Azaleia tinha 53 anos e deixou uma memória repleta de exemplos de resistência que nos inspiram a luta pela autonomia feminina, diante de um mundo marcado por relações de gênero, que caracterizam a estrutura do patriarcado.

